

Corpo: uma categoria útil para a Geografia?

Body: a useful category for Geography?

Cuerpo: ¿una categoría útil para la Geografía?

Victor Dantas Siqueira Pequeno – victorpequenogeo@gmail.com
Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-3258-8171>

Resumo

A reflexão proposta no presente artigo é sobre a atitude de corporificar a Geografia. Seria possível? Se sim, quais procedimentos foram (ou estão sendo) adotados por aqueles/as engajados em tal empreitada?. Na tentativa de resposta foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos (teses e dissertações) concluídos por nossos pares e que trataram do corpo enquanto categoria. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório que pretende dispor a leitora possibilidades criativas (teórico e metodológicas) para com a construção do saber/fazer geográfico que se pretende corpo-espacial.

Palavras-chave: Espaço, Corporalidades, Geografias Feministas, Geografia Queer, Posicionalidade.

Abstract

The reflection proposed in this article is about the attitude of embodying Geography. It would be possible? If so, what procedures have been (or are being) adopted by those engaged in such endeavor? In an attempt to answer, a bibliographic survey of works (theses and dissertations) completed by our researchers and which dealt with the body as a category was carried out. It is, therefore, an exploratory study that intends to provide the reader with creative possibilities (theoretical and methodological) for the construction of geographic knowledge/doing that intends to be body-spatial.

Key words: Space, Corporalities, Feminists Geographies, Queer Geography, Positionality.

Resumen

La reflexión propuesta en este artículo versa sobre la actitud de corporificar la Geografía. ¿Sería posible? De ser así, ¿qué procedimientos han sido (o están siendo) adoptados por quienes participan en tal empresa? En un intento de respuesta, se realizó una busca bibliográfica de trabajos (tesis y disertaciones) realizados por nuestros pares y que trataban del cuerpo como categoría. Se trata, por tanto, de un estudio exploratorio que pretende brindar al lector posibilidades creativas (teóricas y metodológicas) para la construcción de un saber/hacer geográfico que pretende ser cuerpo-espacial.

Palavras-chave: Espacio, Corporalidades, Geografias Feministas, Geografia Queer, Posicionalidad.

Recebido em: 28/12/2022
Aceito: 05/03/2023
Publicado: 27/03/2023

Introdução

Pode-se dizer que há um consenso acadêmico (na contemporaneidade) que o objeto de estudo da Geografia consiste no espaço geográfico, este, situado num tempo histórico, e construído a partir de relações sociais heterogêneas. Sobre estas últimas, sugiro alguns questionamentos: quando nos referimos às relações sociais estamos apenas fazendo um exercício de abstração? Ou, estamos considerando os sujeitos em suas demandas individuais e coletivas, sujeitos que sentem, desejam, criam?. Ambos, ao meu ver, consistem em tendências teórico-metodológicas adotadas por nós geógrafas/os.

Se privilegiamos a primeira, pode-se dizer então que as relações sociais que a Geografia se preocupa em investigar, são relações des-corporificadas. E se alinharmos-nos à segunda perspectiva, estamos considerando e valorizando as relações sociais encaminhadas por sujeitos corporificados.

Mas seria possível estudar o espaço geográfico sem fazer referência ao corpo, já que todo corpo existe num espaço? Arrisco-me a responder afirmativamente. Não só é possível como a Geografia foi consolidada enquanto uma ciência descorporificada. Até mesmo no período que conhecemos como renovação da Geografia, este reproduziu o modo hegemônico de fazer pesquisa geográfica: o distanciamento da/o pesquisador/a do objeto de estudo (objetividade). Tal modo de fazer Geografia nos mostra que: “[...] com frequência, os pesquisadores se vacinam contra seu objeto, se “desinfetam” do tema” (MILANI, 2021, p. 133).

Isso em vista, Ramos e Milani (2022) identificaram cinco tradições geográficas que fomentaram um saber/fazer geográfico em quais ora o corpo foi negligenciado, ora foi banalizado e/ou considerado inerte frente às transformações espaciais.

Geografia geral, interessada no conhecimento físico-matemático da superfície da Terra; Etno/corográfica, centrada na descrição dos costumes, em que o corpo é parte de uma taxonomia regionalista e cultural; Naturalista e exploratória, em que os corpos são abordados em termos de adaptação a um espaço ou meio preexistente; Lógica-conceitual, que adentra o século XX; uma geografia dos lugares, e não dos sujeitos, voltada aos aspectos demográficos e às descrições dos arranjos espaciais, mas indiferente à multiplicidade dos sujeitos. Em resumo, os corpos são reduzidos a formas estáveis e idênticas no

espaço; Sociocultural, que emerge no final do século XX, em que o corpo começa a ter um lugar como fundamento das percepções espaciais, afetos, práticas espaciais e como entidade central no entendimento das diferenças de afetividades, sexualidades, gêneros, redes sociais e estilos culturais. (RAMOS; MILANI, 2022, p. 7).

Com a emergência da Nova Geografia Cultural na década de 1980, novos sentidos foram atribuídos ao corpo e a corporeidade, e posteriormente com o surgimento da Geografia *queer*, o corpo foi considerado uma categoria analítica com a mesma importância daquelas já consagradas (espaço, território, região, lugar e paisagem).

O movimento dos anos 1990, que dissocia a pretensa ordem linear entre sexo, gênero e desejo e, as transformações sociais e biotecnológicas dos finais do século XX, como o controle da fertilidade e reprodução humana, as intervenções cirúrgicas estéticas, a invenção das próteses de vários tipos, as cirurgias de transgenitalização e o crescimento de doenças como a AIDS, trazem o corpo, seus atributos, sexualidades, sensações e desejos para o centro do interesse das ciências sociais e também da Geografia, embora com menor intensidade. Isso porque o corpo esteve relacionado durante muito tempo à esfera do espaço privado, e este último foi preterido pelas(os) geógrafas(os). (SILVA, 2010, p. 44).

Diante de tais proposições, pretendo com este artigo refletir sobre as contribuições das Geografias Feministas, Geografia das Sexualidades e a Geografia *queer*, em especial, o sobre os usos e sentidos do corpo nas recentes pesquisas geográficas (dissertações e/ou teses). Trata-se tanto de uma tarefa individual quanto coletiva em tentar responder algumas questões como: De que maneira o corpo consiste em uma categoria útil para a Geografia? E quais corpos têm sido discutidos nas pesquisas geográficas?

Trata-se de um estudo exploratório em que compartilho alguns elementos teórico-metodológicos que têm sido utilizados e/ou desenvolvidos por aquelas e aquelas engajados/as na corporização da ciência geográfica. Assim, ao aproximar você, leitor/a, com tais pesquisas, espero que seja um momento de reflexão e/ou inspiração para seus estudos posteriores.

Foram os homens que pariram a Geografia

O título desta seção é intencional. Revela consigo alguns paradigmas geográficos, a saber: 1) a História do Pensamento Geográfico foi feita por homens e para homens; 2) o Espaço Geográfico concebido como objeto de estudo da respectiva ciência, por muito tempo foi interpretado pelo viés positivista,

racionalista e patriarcal, com efeito, mulheres e sujeitos dissidentes foram reduzidos a sujeitos a-espaciais.

Quando se pretende traçar a história de uma ciência como a Geografia, se deve fazer uma posição crítica às suas construções teóricas, aos possíveis elementos sexistas encobertos nelas, a ausência do caráter inclinado de determinados temas de investigação, e a organização social da produção científica. (REIS, 2015, p. 25).

Em outras palavras, a autora atenta-nos para o fato de que Geografia compactuou (e compactua) com o epistemicídio para com os conhecimentos, saberes e/ou práticas outras encaminhadas por aqueles/as que ocupam a margem da sociedade e conseqüentemente do fazer/saber científico. Aqueles/as que constituem os “outros” e que estão a todo instante confrontando-se com os “mesmos” (o homem universal).

As práticas sexistas, mas principalmente as práticas misóginas, estão presentes cotidianamente nos ambientes acadêmicos. São práticas de violências epistemológicas que ocasionam os feminicídios epistemológicos: a morte do pensamento de mulheres, principalmente as feministas. Desta forma, mais do que dizer que precisamos de mais mulheres produzindo Geografia, precisamos evidenciar como as mulheres vêm sendo ceifadas da produção da ciência, principalmente quando se propõem a estudar a resistência das mulheres através de perspectivas feministas. (SIMON, 2021, p. 182-183).

Outro paradigma questionado foi a suposta objetividade científica e a neutralidade do espaço geográfico, este qual foi reduzido às interpretações positivistas e/ou economicistas, e apartado dos conteúdos culturais, identitários e/ou subjetivos em razão. Tradição esta que ainda persiste e se manifesta de distintas formas e/ou situações.

Nossa cultura de produção de saber científico acredita que o conhecimento é produzido pela razão, por mentes separadas dos corpos, das emoções, dos valores e das experiências. Produzir teorias desencarnadas e não localizadas no tempo e no espaço afirma a racionalidade masculina branca como universal, retirando de outros sujeitos de saberes a autoridade científica. Quando aceitamos estas regras do jogo científico e afirmamos a posição de poder atribuído ao sujeito de referência (constituído como masculino, burguês, branco e heterossexual), criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação. (SILVA, 2020, p. 181).

A partir dos anos 1980 geógrafas e geógrafos começaram a denunciar tais violências epistemológicas e reivindicaram à Geografia o reconhecimento de suas práticas e/ou conhecimentos que vinham sendo marginalizados. Foram reinventados enfoques radicais oriundos das contribuições dos movimentos feministas da década de 1970, do pós-estruturalismo, especificamente, as teorias

queer, e dos movimentos lésbicos e gays atuantes na crise sanitária da AIDS na década de 1980.

A teoria queer não é por si só a teoria feminista, tampouco explica sozinha o que é o pensamento pós-moderno. Apesar de ser uma convergência de correntes pós-estruturalistas com estudos feministas e de gênero, ela constitui-se uma filosofia de pôr-se em movimento teoricamente, em exercício de constante reposicionamentos – politizando e desnaturalizando cotidianos [...] (MARTINEZ, 2018, p. 53).

Do esforço empreendido pelas geógrafas e geógrafos para articular a Geografia com as epistemologias feministas e teorias *queer*, assistiu-se a saída do armário (no sentido teórico e/ou metodológico) daquela: “A prática metodológica de desconstrução não é a de destruição, mas de decomposição das partes. Desconstruir significa desnaturalizar o social, explorando contínuos e descontínuos de suas práticas [...]” (MARTINEZ, 2018, p. 55).

Queerizando a Geografia: entre conceitos e categorias

Um dos conceitos mais criativo partilhado entre a comunidade geográfica engajada no movimento *queer*-feminista é o de espaço paradoxal proposto pela geógrafa feminista britânica Gillian Rose. Trata-se de um conceito que sugere que as reivindicações das mulheres só são efetivadas em espaços de luta e resistência (espaço do outro/espaço marginal).

A autora supracitada observou que a conquista espacial foi concebida na Geografia como um fenômeno masculino, assim, noções de território, territorialidades são por si, masculinizadas e masculinizantes para com as relações espaciais, com efeito, outras existências (leia-se mulheres, dissidentes sexuais e de gênero) são invisibilizadas e negativadas (SILVA, 2003). Todavia este processo não é de todo homogêneo e/ou infalível, assim, reconhece-se que:

[...] no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro - o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino [...] (SILVA, 2003, p. 39-40).

Conceitos outros também foram contemplados enquanto alternativas teóricas e/ou metodológicas para com queerização da ciência geográfica, a saber: Biopoder do filósofo Michel Foucault, Embodiment da física Karen Barad, Performatividade da filósofa Judith Butler e Devir do filósofo Gilles Deleuze.

Sobre o primeiro:

Foucault ao diferenciar biopoder de poder de soberania ao qual ele sucede historicamente, fala que existe entre eles uma relação distinta como a vida e a morte: enquanto o poder do soberano faz morrer e deixa viver, o biopoder faz viver e deixa morrer, ou seja, dois regimes que tem suas lógicas próprias, concepções de morte, vida, corpo diferentes. (MUNIZ, 2017, p. 27).

Na Geografia, o conceito é utilizado em temáticas envolvendo os movimentos sociais (indígenas, quilombolas, camponeses, mulheres, LGBTQIA+, etc) e suas reivindicações para com o reconhecimento de suas territorialidades e legitimação dos seus territórios. Destaco os ilustres textos do professor Marcos Mondardo (2013; 2019a; 2019b) vinculado ao curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que não somente faz uso do conceito foucaultiano, como contempla os conceitos de Estado de Exceção de Giorgio Agamben e Necropolítica de Achille Mbembe na discussão das resistências dos povos originários frente ao mortífero agronegócio.

[...] No Brasil, está em curso a militarização dos territórios corporativos do agronegócio pelo uso de forças armadas, policiais e de milícias que atuam de forma, por vezes, articulada, para a repressão, por meio da violência do Estado, e até a criminalização dos movimentos sociais e de seus apoiadores. Assassinatos de líderes de movimentos sociais, ambientalistas, aliados, além de intimidações e coerções se tornam a regra desse Estado de Exceção que nega os direitos socioterritoriais das populações originárias. O governo do território corporativo do agronegócio brasileiro é erigido pela conjugação do Estado de Exceção, gestão biopolítica e necropolítica [...] (MONDARDO, 2019b, p. 9).

Referente ao conceito de *Embodiment*, César Martinez (2018), interpretou-o da seguinte forma:

Barad argumenta que no contexto representacional a linguagem existia por si só e era o objeto de análise dos investigadores, afirmando uma modalidade de ciência interpretacionista e psicologizante. Ou seja, se separa o objeto de estudo do sujeito que produz esse objeto. Em reconhecer que o objeto e sujeito são parte de uma mesma materialidade, feministas passaram a usar o conceito de *embodiment*. Ao invés de utilizar vocábulos passivos para designar processos humanos, como “sentir” ou “perceber”, passaram a descrever as situações como “vivas”, “materializadas”, “corporizadas”. O *embodiment* vem dissolver a separação corpo e mente disseminada por Descartes, reprodutora de mais um binário de dominação [...] (MARTINEZ, 2018, p. 58 [grifo do autor]).

Destarte, ao assumir a indissociabilidade entre sujeito-objeto, assume-se um conhecimento corporizado, ou, como afirmou Donna Haraway, um conhecimento situado em um tempo-espaço específicos.

[...] Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Do conceito de performatividade elaborado por Judith Butler, este faz referência à “natureza” e (re) produção discursiva, gestual e performática de gênero.

[...] o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos [...] Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença [...] (BUTLER, 2018, p. 3).

Quanto ao conceito de devir proposto originalmente por Gilles Deleuze, Martinez (2018) verificou que:

[...] O devir ou “vir a ser” tem duas potencialidades teóricas: a primeira é de não compreender os sujeitos a partir de um ponto isolado em suas trajetórias, mas em um conjunto de práticas e contextos. Isso exige uma compreensão não fixa de tempos e espaços, pois o sujeito não é, vem sendo. O segundo, que considero potente politicamente, é entender que todo momento é uma possibilidade de divergência. Não há previsibilidade absoluta [...] (MARTINEZ, 2018, p. 60).

Consoante com tal argumento, Benhur Costa (2020) utilizou do conceito de devir para tratar das microterritorialidades homoafetivas, estas qualificadas como devires minoritários. Assim sendo, o geógrafo defendeu que:

[...] Os devires são estes estados múltiplos em expressões, provenientes de relações interpessoais nas microterritorialidades, nos quais se encontram em sistemas de coexistências e diferenciações com outros sujeitos, onde os desejos emanam atos de variabilidades expressivas que se afastam de uma tábula-rasa da igualdade majoritária e produzem sintomas que multiplicam as condições de existência dos próprios sujeitos nos seus atos [...] (COSTA, 2020a, p. 102).

Das novas categorias que foram utilizadas nos estudos geográficos *queer-feministas* e que inauguraram um outro modo de fazer e saber geográfico, destacam-se: gênero (SILVA, 1998; SILVA, 2003, 2010; ORNAT, 2008a, 2008b, 2010, 2012; REIS, 2015; RUI, 2020; LINDO, 2021; RAMOS, 2021; SIMON, 2021 entre outras/os), sexualidade (COSTA, 2010, 2020b, 2020c; FREITAS,

FERNANDEZ, 2020; MUJICA, INOCÊNCIO, 2020, PATRÍCIO, 2022 entre outras/os), corpo (SILVA, ORNAT, 2016; ALVES, PEDROSO, GUIMARÃES, 2019; CAMPOS, SILVA, SILVA, 2019; PRZYBYSZ, SILVA, 2019; BORSOI, 2020 entre outras/os). Isso posto, nos voltamos a esta última e suas intersecções com as demais para compreender seus usos e sentidos nas recentes pesquisas geográficas que têm fomentado o pensamento queer-feminista, haja vista que:

Determinados corpos são marcados identitariamente como sendo diferentes ou marginais, e estando associados a espaços particulares, enquanto outros são considerados normais e muitas vezes colocando-se como neutros no discurso dominante. Isto tem se mostrado a partir da justaposição entre sexualidade, gênero e espaço, na simultânea associação entre sexualidade/corpo e seu monitoramento. O corpo tem se colocado como um espaço social e político, indo além de um espaço biológico (ORNAT, 2008b, p. 318-319).

Diante da afirmativa, prossigo com a discussão das recentes pesquisas geográficas que se debruçaram sobre a categoria corpo e propuseram alternativas teóricas e/ou metodológicas imprescindíveis para a garantia da legitimidade espacial, social e política daquela.

Resultado e discussões

Tendo em vista as limitações requeridas para produção e publicação de um artigo científico, a metodologia utilizada para coleta e/ou discussão dos resultados foi o levantamento bibliográfico no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O recorte temporal para execução do levantamento foi entre 2019 e 2021.

A seleção das dissertações e teses levou em consideração dois critérios: a) presença do termo corpo nos títulos dos respectivos trabalhos; b) corpo e/ou corporeidade como palavras-chave. Para tanto, utilizei o modo de busca avançada. Ao final organizei os respectivos em um quadro (quadro 1) contendo as seguintes informações: título; autoria/instituição; palavras-chave; área de abrangência geográfica; natureza (dissertação ou tese).

As teses e dissertações encontradas no respectivo site foram sistematizadas no quadro temático a seguir.

Quadro 1 - A categoria corpo nas pesquisas geográficas (2019-2021)

Título	Autoria/Insti- tuição	Palavras- chave	Enfoque geográfico	Natureza/An- o
Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais de gênero em São Paulo	ALMEIDA, Vinicius Santos/Universidade de São Paulo (USP)	Cartografia; Violência; Identidade de Gênero; Sexualidade; São Paulo	Cartografia social; Geografia Urbana; Geografia da População	Dissertação (2019)
Territorialidade e do corpo negro na USP	BRAGA, Tuwilê Jorge Kin/Universidade de São Paulo (USP)	USP; Corpo Negro; Território; Territorialidade; Geografias Negras	Geografia étnico-racial	Dissertação (2019)
Comunicações do corpo lugar e a pedagogia griô: expressões e procedimentos	GOMES, Vanderlei de Paula/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Corpo Lugar; Pedagogia Griô; Pertencimento Étnico-racial; Griô; Forças Exusiacas; Povos Tradicionais; Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e Indígenas	Ensino de Geografia; Geografia étnico-racial	Dissertação (2019)
Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade	GONÇALVES, Talita Fernandes/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Corporalidades Femininas; Mulheres em Situação de Rua; Geografias Feministas	Geografia da População; Geografia Urbana	Dissertação (2019)
Tomorrowland : imaginações geográficas, corporeidade e a perspectiva experiencial do lugar festivo	NOVO, Cássio Lopes da Cruz/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Tomorrowland ; Festival de Música Eletrônica; Imaginações Geográficas; Perspectiva	Geografia Humanista	Tese (2019)

		Experiential do Lugar Festivo; Lugar de Transcendência		
Espaço sagrado e performances de corpo: o caso do terreiro de umbanda Reino de Jurema em Santa Maria/RS	SANTOS, Mateus Machado/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Geografia da Religião; Cultura de Umbanda; Espaço Sagrado; Performances do Corpo	Geografia Cultural; Geografia da Religião	Dissertação (2019)
Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	LGBTTFobia; Transexualidades; Travestilidades; Saúde Trans; Sexualidades	Geografia da Saúde; Geografia da População	Tese (2020)
Corpos hipotecados: o dispositivo da dívida em sua articulação com microcrédito produtivo e financiamento estudantil	FAASEN, Arthur Morais/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Dívida; Biopolítica; Governamentalidade; Microcrédito; Dívida Estudantil	Geografia Econômica	Dissertação (2020)
Uma geografia sensível do corpo: a percepção da paisagem no parque urbano Dique do Tororó, um espaço livre de uso coletivo na cidade de Salvador-BA	SILVA, Renata Oliveira/Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Geografia Humanista; Paisagem; Fenomenologia da Percepção; Intersubjetividade; Espaço de Livre Uso Coletivo	Geografia Humanista; Geografia Urbana	Dissertação (2020)

Escola como espaço feliz: entrelaçamentos de experiências geográficas na interação corpo-lugar	SANTOS, Jéssica Bianca dos/Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Aprendizagem; Corporeidade; Experiência geográfica; Arquitetura escolar	Ensino de Geografia; Geografia Escolar	Dissertação (2021)
Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	MELLO, Tyrone Andrade de/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gênero; Mulheres Travestis; Livro Didático; Imagem; Práticas Pedagógicas	Ensino de Geografia	Dissertação (2021)

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Elaborado por: autor (2022).

Na dissertação “Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais de gênero em São Paulo”, Vinicius Almeida (2019) discutiu a utilidade de metodologias cartográficas para com as espacialidades de corpos dissidentes de gênero e/ou sexualidades que sofrem processos de violência na cidade de São Paulo. Em termos empíricos o autor fez uso da entrevista semi-estruturada para coletar histórias de vida e mapas mentais daqueles/as (19 participantes) que se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

Para discutir o corpo e as corporalidades, Almeida (2019) fundamentou-se na obra de Michel Foucault que trata da disciplinarização e/ou controle (biopolítica) dos corpos dissidentes, e na obra de Judith Butler que trata do corpo enquanto uma produção discursiva e performática. Assim sendo, o autor defendeu que as corporeidades, não somente, constituem o espaço, como o próprio corpo é um espaço em disputa com outros corpos-espacos.

A contribuição do trabalho de Almeida (2019) é verificada quando o autor dá visibilidade as/os participantes como sujeitos criadores de suas próprias corpo-cartografias, haja vista os mapas mentais que foram coletados e expostos no trabalho. Entende-se que uma cartografia que se pretende *queer*, se constrói primeiramente a partir da escuta para com aqueles/as que são descaracterizados na cartografia hegemônica, esta que por vezes reduz tais corpos à dígitos numéricos.

Tuwilê Braga (2019) em seu trabalho intitulado “Territorialidade do corpo negro na USP”, executou uma análise territorial dos corpos negros de estudantes, professores/as e servidores/as na Universidade de São Paulo - Campus Butantã. O autor considerou tanto as experiências individuais quanto as coletivas para compreender as relações de poder que se manifestam em tal território universitário.

O autor organizou a discussão teórica em três níveis: corporalidade, individualidade e cidadania. Sobre a primeira, o autor destacou:

[...] o que pretendemos expor é a íntima ligação que o corpo da população negra tem não somente com a universidade, mas também com todo o processo histórico de formação do território nacional (VAINER, 2000). Esse processo que criou uma vivência, ou melhor, um cotidiano, que supõe o passado como herança (SANTOS, 1996), nos permite aguçar nossa discussão para averiguarmos se esse corpo ainda se mantém marcado por “símbolos sociais” (FERNANDES, 2008, p. 95) que determinam uma padronização em torno da etnia ou da cor, de alguma forma, causariam um condição operante para territorialização da corporalidade negra na Universidade de São Paulo [...] (BRAGA, 2019, p. 24-25 [grifo do autor]).

Para refletir sobre as trajetórias e/ou experiências individuais da comunidade negra, o autor aplicou entrevistas semi-estruturadas para com as/os participantes da pesquisa. Para contatar tais sujeitos, fez uso da técnica de amostragem *snowball* (bola de neve)¹.

Em termos conceituais, no que tange a categoria território o autor se apoiou nas contribuições do geógrafo Rogério Haesbaert, este qual, empreendeu em suas obras uma leitura interdisciplinar daquela, articulando a Geografia com correntes filosóficas pós-estruturalistas. Para discussão da categoria raça, fez uso das contribuições de Milton Santos, Kabengele Munanga e Aníbal Quijano.

O trabalho de Braga (2019) nos auxilia teórica e metodologicamente a discutirmos não somente as corporalidades negras nos territórios do saber científico, como, reposiciona a Universidade, lócus privilegiado na sociedade brasileira como alternativa política para minimizar as desigualdades socioeconômicas, enquanto significante na constituição das trajetórias das/os estudantes e servidores negros/as que a ocupam.

¹ O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014, p. 203).

Na dissertação “Comunicações do corpo lugar e a pedagogia griô: expressões e procedimentos de pertencimento”, Vanderlei Gomes (2019) encaminhou um estudo em que articulou filosofias ancestrais (Pedagogia Griô) com a fenomenologia e a Geografia Cultural. Seu objetivo foi apresentar para nós leitoras/es como a Pedagogia Griô possibilita alternativas arte-educativas a partir do corpo-lugar, sendo este último, um conceito em aberto na Geografia humanista-cultural.

Tal estudo foi elaborado por uma escrita poética inspirada em alguns pressupostos fenomenológicos. Ademais, o autor apresentou elementos autobiográficos no intuito de legitimar, a partir de suas vivências pessoais e interpessoais, a Pedagogia Griô como alternativa criativa e necessária para uma práxis educacional emancipadora.

Segundo Gomes (2019), a Pedagogia Griô foi criada pelo casal Lilian Pacheco e Márcio Caires, ambos pesquisadores da Chapada Diamantina na Bahia. Tal pedagogia surge em meados dos anos 1990 e foi fundamentada numa educação transgeracional, na pedagogia de Paulo Freire, na educação étnico-racial de Vanda Machado, na educação que marca o corpo de Fátima Freire e na pedagogia biocêntrica de Ruth Cavalcante e Rolando Toro. O termo griô é associado a mestres e mestras de saberes populares afro-descendentes e indígenas, estes quais são partilhados tradicionalmente pela oralidade.

As pessoas, e dentre elas os mais velhos de grupos e comunidades, suas histórias, seus saberes e conhecimentos, articuladas em encantadoras vivências, dialógicas que, em muitos casos, resultam em práticas coletivas de cada encontro, são ferramentas e procedimentos da pedagogia griô. (GOMES, 2019, p. 58).

O corpo e a corporeidade são significados pelo autor ao longo de todo texto, haja vista que descreveu para nós leitores/as momentos de sua trajetória desde o nascimento até a vida adulta.

Meu corpo resulta de vivências infantis lúdicas e o caminho escolhido, na juventude, para sair da condição de miserabilidade social, leva-me a um curso universitário de matéria sórdida e sem vida para enriquecimento e mudança de nível social cedo e rápido na vida [...] (GOMES, 2019, p. 52).

Outrossim, Gomes (2019), articulou as corporeidades manifestadas por povos afrodescendentes e indígenas com a categoria lugar, para então argumentar em defesa do conceito corpo-lugar.

Atualmente podemos facilmente nos fazer entender que, principalmente, povos desterrados (e desterritorializados) historicamente carregam muito de seus lugares na manifestação de territorialidades em seus corpos, expressando-as de formas culturalmente peculiares pelos lugares por onde passam, desta forma acabam demarcando rotas, trilhas e até circuitos de expressão cultural, como espaços de saberes e fazeres, através de uma ação da expressão de seus corpos [...], que talvez possamos entendê-los como corpos lugares. (GOMES, 2019, p. 80-81).

O trabalho de Gomes (2019) coloca em evidência as ausências e invisibilização que ainda persistem na ciência geográfica (acadêmica ou escolar), direcionadas aos saberes, culturas e filosofias construídas por aqueles/as que partilham de uma cosmovisão holística, em qual corpo-mente, corpo-espaço, afeto-razão constituem relações indissociáveis e/ou interdependentes.

Talita Gonçalves (2019), em sua dissertação “Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade”, encaminhou um estudo que pretendeu investigar como se constroem os movimentos de mulheres em situações de rua e suas reivindicações para com uma cidade que não as exclua, enquanto sujeitos ativos na participação e construção do espaço urbano. Trata-se de um estudo qualitativo, orientado teoricamente pelas Geografias Feministas e metodologicamente por histórias orais.

Os sentidos de corpo e as corporalidades evidenciadas no trabalho, são influenciados pelos marcadores sociais como gênero, classe e raça, e negociadas entre pesquisadora e pesquisadas:

Percebi, então, que minha própria corporalidade marcava um distanciamento para com as mulheres com quem buscava contato. Ainda que me vestisse de maneira simples quando saía em trabalhos de campo, minha aparência diz de imediato que vivencio outras espacialidades que não a da vida nas ruas [...] (GONÇALVES, 2019, p. 34).

Na exposição dos resultados empíricos, a autora não só descrevem as situações vivenciadas pelas participantes, como descrevem suas características físicas: “Ruth é uma mulher negra, de 31 anos, com uma aparência que, a meu ver, dificilmente seria apontada como sendo de uma mulher em situação de rua: roupas com aparência de novas, cabelos pretos e longos trançados” (GONÇALVES, 2019, p. 29). Observa-se que a corporeidade da pesquisadora é demandada na descrição da corporeidade da entrevistada.

Em suas considerações, Gonçalves (2019) nos convida para ouvir essas corporalidades marginalizadas que são tidas como fantasmas na cidade contemporânea que se pretende colorida apenas com uma cor (branca) e vivenciada apenas por uma classe (rica), e partir da escuta dessas corporalidades, fomentar estratégias científico-políticas com nossos pares pesquisadores/as e aqueles/as pesquisados por nós.

A tese “Tomorrowland: imaginações geográficas, corporeidade e perspectiva experiencial do lugar festivo” de Cássio Novo (2019) consiste em um estudo intermediado pela Geografia Humanista e a Nova Geografia Cultural, e que teve como objetivo compreender os sentidos e significados atribuídos ao festival de música Tomorrowland por aqueles/as que participaram, partilharam experiências e manifestaram suas corporeidades no respectivo.

Segundo o autor, trata-se da primeira tese no âmbito da Geografia Humanista e Cultural que estabeleceu como objeto o festival de música eletrônica Tomorrowland. Os dados empíricos, orientados pela metodologia observador-participante (etnogeografia) foram colhidos em três momentos: nas edições do Tomorrowland ocorridas em 2015 e 2016 no Brasil e na edição de 2018 na Bélgica.

O corpo e a corporeidade foram evidenciados pelo autor como algo partilhado entre ele e as pessoas que participaram do respectivo festival, estas quais ele denominou de corpos festivos:

[...] Os corpos festivos são alvos móveis. Vitimizados por assédios constantes por parte daqueles que organizam o espaço e o festival. Corpos, entre pausas e deslocamentos, mirados e impactados por diferentes estímulos enquanto desenham suas trajetórias no espaço e no tempo. (NOVO, 2019, p. 161).

Com efeito, ao mesmo tempo que ele observa e reflete sobre as corporeidades manifestadas por aquelas/es, sua própria corporeidade é resultante dessa relação pesquisador-objeto.

[...] No espaço e tempo extraordinários do festival, incorporado ao conjunto de indivíduos que compunham o Povo do Amanhã, me liber(t)ei para considerar meu corpo e meus sentidos, assim como os corpos e sentidos dos demais participantes, como partes indissociáveis de sobreviventes (RUFINO e SIMAS, 2018) integrantes de sociedades de fim de semana e de comunidades em busca de explorar experiências festivas multissensoriais e liminares (St. JOHN, 2014; 2017) no contexto da Era da Experiência (PINE & GILMORE, 1998) (NOVO, 2019, p. 172).

O estudo valorizou, portanto, o corpo e a corporeidade enquanto significadores festivo-culturais do espaço e do lugar, sendo capazes até de consolidar territórios cíclicos e/ou móveis, haja vista que a identidade do Tomorrowland foi evidenciada pelo autor em seus distintos níveis tais como, escolha da cidade para sediar o evento, infraestrutura, decoração e localização dos palcos, disposição dos campings, seleção das/os artistas, deslocamento de pessoas de várias nacionalidades, etc, e que após o encerramento do festival, tudo isso se “desfaz” até que o próximo evento venha ocorrer.

Na pesquisa “Espaço sagrado e performances de corpo: o caso do terreiro de umbanda Reino de Jurema em Santa Maria - RS”, Mateus Santos (2019), procurou compreender como o terreiro de umbanda Reino de Jurema enquanto espaço sagrado e como este atua na elaboração de processos performáticos a partir das práticas e/ou ritos em que o corpo é usado como principal meio/fim.

O estudo encaminhado foi de caráter qualitativo, em que o autor elegeu como instrumentos metodológicos a observação-participante, entrevistas semi-estruturadas, as narrativas (auto)biográficas, além de fazer uso da técnica fotográfica. Ademais, trata-se de um trabalho em que foi demandado a posicionalidade do pesquisador:

Este estudo investigou a partir de minhas vivências e como pesquisador-pesquisado, artista e religioso, o entendimento estabelecido entre as relações do espaço sagrado e as performances de corpo no terreiro Reino de Jurema (SANTOS, 2019, p. 190).

O sentido de corpo adotado pelo autor é articulado com a noção de performance, em que é concebido o corpo performático:

O ato performático, em determinados momentos durante as ritualísticas, ocorre no instante em que meu corpo age conforme o que se institui enquanto prática do sagrado. De certa forma, diante desses momentos, são suscitados os fenômenos de umbanda. Possibilitar falar de performances de corpo sobre o prisma dos dogmas umbandistas é criar mecanismos para conhecer de modo mais criterioso e epistemológico o que gira em torno de suas práticas ritualísticas uma vez que se adentra num lugar respeitosamente entregue aos rituais sagrados (SANTOS, 2019, p. 96-97).

As práticas e/ou os processos corporais evidenciados no estudo, referem-se a um espaço sagrado que demanda códigos, posturas, gestos e performances específicas da cultura umbanda, e que são agenciadas distintamente pelos

sujeitos que dela fazem parte. Assim, não somente o terreiro, mas o corpo também emerge como espaço sagrado.

Adentrando na Geografia da Saúde, temos o trabalho de Ramon Braga (2020), intitulado “Espaço e as práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e das mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná”, que objetivou compreender como espaço atua nas práticas de cuidado de si em termos de saúde e doença dos corpos travestis e transexuais.

Em termos metodológicos, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a partir da técnica de snowball com 20 mulheres que se consideravam travestis ou transexuais. Feito a análise do conteúdo (baseada em Laurence Bardin), o autor organizou 15 espacialidades e 30 categorias mais evidenciadas nos relatos das participantes.

Os sentidos de corpo e/ou corporeidades que o autor defende, é significado a partir dos processos de saúde e dos processos de doenças que as participantes afirmaram ter experienciado. Ambos ocorrem em espaços (escola, trabalho, posto médico, casa, rua, etc) e tempos (infância, adolescência, adultez) demarcados.

[...] a relação saúde e doença se apresentou circunscrita na vivência das escalas espaciais, pois compreendeu-se que o corpo não vivencia o estado de saúde de uma forma engessada e inabalável. Pelo contrário, compreendendo que a saúde é uma condição corpórea aliada às condicionantes sociais, ambientais e biológicas, foi possível verificar que quando a travesti e/ou a mulher transexual é expulsa de casa pelos familiares, não conclui a educação básica e/ou não possui acesso espacial aos serviços sociais como saúde, educação e segurança, os seus corpos vivenciam espacialmente o estado de doença. Todavia, quando a travesti e/ou a mulher transexual não é expulsa de casa e/ou conclui a educação básica, ela vivencia espacialmente a saúde (BRAGA, 2020, p. 371).

Na dissertação “Corpos hipotecados: o dispositivo da dívida em sua articulação com microcrédito produtivo e financiamento estudantil”, Arthur Faasen (2020), realizou um estudo que teve como objetivo compreender como a relação da dívida estudantil com as tecnologias anátomo-políticas e biopolíticas do poder. Nesse sentido, o autor buscou referências nas obras de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Pierre Bourdieu.

O sentido de corpo assumido no trabalho é originado a partir da articulação entre dívida, corpo e futuro, por meio da qual Faasen (2020), fez uso da ideia de McClanahan (2011) qual seja, hipoteca do corpo: “Hipoteca do corpo,

pois, ao endividar-se se promete a continuidade do corpo, de seu funcionamento e de sua saúde, na forma de um corpo apto, um corpo ótimo, disciplinado e dócil” (FAASEN, 2020, p. 70).

No que se refere a dívida estudantil, o autor conclui que a dívida representa a promessa do sucesso profissional e financeiro, todavia, a garantia deste fica condicionada do pagamento da dívida: "A dívida projeta sob a subjetividade do estudante uma ideia determinada de futuro que corresponde às intenções dos credores: um futuro que possa garantir o reembolso da dívida" (FAASEN, 2020, p. 108).

Da dívida assumida, originam-se alguns processos tais como a culpabilização dos/as estudantes que adquirem a dívida e que se obrigam a pagá-la, e as punições dirigidas aos mesmos/as quando não se responsabilizam com o pagamento da dívida: “A dívida estudantil, nesse sentido, apresenta esta particularidade marcante: a capacidade de inserir um corpo em um circuito profundo e longo de endividamento e pagamento de dívidas” (FAASEN, 2020, p. 71).

Ademais, a dívida é também influenciada pelas relações de gênero, uma vez que foi observado no presente estudo que:

[...] são as mulheres as principais endividadas e ao mesmo tempo as mais vulneráveis ao abandono do curso e inadimplência. Assim, o dispositivo de dívida também se articula às formas de violência de gênero, valendo-se de formas de exploração machista para instalar a dívida [...] (FAASEN, 2020, p. 109).

Por fim, o trabalho de Faasen (2020) nos ajuda a pensar a dívida para além da noção economicista e jurídico-burocrática, mas como um dispositivo de controle, um discurso que inscreve-se em corpos, estes, subalternizados, e constituídos por marcadores de raça, classe e gênero.

Em sua dissertação² Renata Silva (2020) buscou compreender como a percepção da paisagem se constitui a partir das corporeidades daquelas/es (e da sua própria) que fazem uso do parque urbano Dique do Tororó em Salvador-BA. Trata-se de um estudo qualitativo, em qual se fez uso do método fenomenológico e das entrevistas para com os sujeitos atuantes e participantes da pesquisa.

² “Uma Geografia sensível do corpo: a percepção da paisagem do parque urbano no Dique do Tororó, um espaço livre de uso coletivo na cidade de Salvador-BA” (2020).

A categoria eleita pela autora, qual seja a paisagem, apresenta como principal elemento constituinte das corporeidades das pessoas que utilizam o parque urbano Dique do Tororó. Assim sendo, tem-se a paisagem enquanto corpo, e vice-versa. Sua corporeidade também assume outros sentidos a partir da interação pesquisadora-objeto.

Os modos de vida dos corpos que se apresentam, no parque, os sujeitos que ocupam e constituem o espaço de uso coletivo, os riscos, as belezas, os cheiros agradáveis ou não, as ausências, as presenças constantes se unem e se revelam a mim. É assim que o fenômeno paisagem se apresenta, é assim que meu corpo é interface entre fenômeno e consciência (geográfica) (SILVA, 2020, p. 63).

No que tange os resultados empíricos decorridos das atividades realizadas em campo, a autora realizou descrições dos usuários (pessoas em situação de rua, trabalhadores do parque, pessoas que utilizam o parque para atividade de lazer, pescadores) do parque em termos de práticas, vestimentas, cor, gênero, etc.

A experiência corpo-espacial é valorizada pela autora como alternativa político-cultural, construída na interação entre eu-outro/a e que fomenta a participação de *nós*, em um espaço público que se pretende, acima de tudo, de uso coletivo.

Jéssica Santos (2021) em sua dissertação “Escola como espaço feliz: entrelaçamentos de experiências geográficas na interação corpo-lugar”, propôs uma discussão sobre o ensino de Geografia, este fundamentado em uma aprendizagem que valoriza os sentidos corpóreos (visão, tato, audição, paladar e olfato) e a relação destes com o lugar (escola). A metodologia empregada pela autora foi de cunho qualitativo, e os dados empíricos foram coletados a partir da aplicação de questionários online com professores/as e estudantes.

A autora criticou o modo de ensino escolar racionalista e descorporificado, e defende a importância de se colocar em prática um ensino sensível, em que as/os estudem não só expressem suas corporeidades, como a partir delas, possam significar as relações com os distintos lugares com os quais estabelecem vínculos. O corpo, portanto, assume um caráter educativo. Em outras palavras, Santos (2021), demanda de nós geógrafos e geógrafas, uma pedagogia corpo-espacial.

Todo corpo carrega em sua história marcas e saberes advindos de sua trajetória, quando pensamos o quanto o corpo se revela, quando estamos em movimento, conseguimos perceber as experiências que ele pode vivenciar. Por isso, o corpo precisa ser pensado no ato educativo devido às suas condições de sua capacidade de proporcionar

autoconhecimento e ser produtor de conhecimento [...] (SANTOS, 2021, p. 78).

Em posse dos resultados empíricos, Santos (2021) destacou alguns depoimentos de estudantes, e a partir destes sugeriu a nós a possibilidade de construirmos uma escola aberta. Um ambiente escolar em que nossos corpos e os corpos das/os nossos estudantes não sejam confinados em espaços (sala de aula vertical) que foram feitos para hierarquizar e controlar nossos movimentos, desejos e vontades.

Outro trabalho que também trouxe contribuições para o ensino de Geografia foi de Tyrone Mello (2021) intitulado “Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia”. A originalidade do trabalho se justifica no objeto de estudo eleito pelo autor qual seja as travestilidades e suas representações nos livros didáticos de Geografia.

Em termos metodológicos, o autor fez uso da pesquisa bibliográfica e/ou documental em livros didáticos de Geografia direcionadas para o 7º ano do Ensino Fundamental II. Articulado a esta, realizou conversas de forma remota com mulheres travestis e coletou relatos de estudantes das turmas de 7º ano sobre imagens de mulheres travestis.

A crítica enfatizada por Mello (2021) consiste na invisibilidade dos corpos travestis nos livros didáticos de Geografia, uma vez que os corpos de mulheres representados nos respectivos livros são todos cis-gêneros segundo levantamento feito pelo o autor. Assim sendo, em suas considerações o autor nos demanda práticas pedagógicas transgressoras que contemplem as travestilidades de modo não somente a resistir contra tais processos excludentes, como superar preconceitos e estereótipos acerca dos corpos travestis cristalizados no imaginário social e que tendem a ser reproduzidos no espaço escolar de distintas formas e por distintos grupos

Considerações Finais

Com a escrita desse texto tentei aproximá-lo/a da urgência e importância de corporizar a Geografia. Ao nos comprometer com o devir geográfico *queer*, as corporalidades dissidentes se fazem imprescindíveis para compreendermos fenômenos geográficos sob uma perspectiva não somente crítica, mas contra-

hegemônica, propondo à ciência geográfica modos outros de fazer e/ou saber, outras metodologias, outros recortes espaciais e outras categorias de análise.

Acredito que esta atitude é criativa o bastante para redirecionar a Geografia e seus alicerces conceituais e/ou metodológicos para o horizonte da ciência holística, que ao meu ver, muito foi idealizada e pouco realizada.

É importante dizer que a noção de ciência holística a qual eu faço referência é aquela ciência que ao mesmo afeta e é afetada. Aquela ciência em que o sujeito indeterminado (e ou universal) dá lugar ao geógrafo/a situado/a num mundo, tempo e numa cultura, que expressa uma identidade de gênero, experimenta de uma sexualidade, que deseja e é desejado/a, e que está a todo instante se constituindo enquanto ser-mundo.

Este meu posicionamento é também uma discordância ao que alguns geógrafos e geógrafas chamam de partidarismo e/ou ecletismo geográfico como se isso tornasse a Geografia menos ciência. Pelo contrário. Desta feita, ao retomar a questão que dá nome ao título desse texto, “*Corpo: uma categoria útil para a Geografia?*”, respondo afirmativamente, uma vez que os trabalhos elaborados por nossos pares e que foram discutidos acima, apresentaram elementos teóricos e metodológicos que denotam uma corpo-geografia inscrita em distintos fenômenos.

E para não encerrar o debate, uma provocação: o quão corajosos e corajosas somos para afetar a Geografia e deixar-nos ser afetados/as pela mesma?

Referências

- ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo - SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo - SP, São Paulo, 2019.
- ALVES, N. C.; PEDROSO, M. F.; GUIMARÃES, R. B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 09–24, 2019.
- BORSOI, B. F. G. Beleza plástica: a fetichização do corpo feminino como mercadoria no espaço heteronormativo. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 61–75, 2020.
- BRAGA, T. J. K. **A territorialidade do corpo negro na USP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo - SP, São Paulo, 2019.

BRAGA, R. B. O. **Espaço e práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR, Ponta Grossa, 2020.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. [Tradução de Jamille Pinheiro Dias]. **Chão da Feira**, n. 78, p. 1-16, 2018.

CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 37–50, 2019.

COSTA, B. P. DA. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, 2010.

COSTA, B. P. DA. As geografias das constituições dos devires-expressivos das pessoas como diferenças: perspectivas da análise nas pesquisas em microterritorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 90–114, 2020b.

COSTA, B. P. DA. As geografias das lutas por reconhecimentos sociais: a fenomenologia e o problema da constituição da identidade homossexual no espaço interdito e nas microterritorialidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 104 - 136, 2020b.

COSTA, B. P. DA. Perspectivas relacionais em geografias culturais e em estudos sobre as microterritorialidades das homossexualidades. **Geograficidade**, Niterói, v. 10, n. Especial, p. 21-37, 2020c.

DUARTE, J.; LIMA, K. Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque. **Argumentum**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 7–25, 2022.

FAASEN, A. M. **Corpos hipotecados:** o dispositivo da dívida em sua articulação com o microcrédito produtivo e financiamento estudantil. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais - MG, Belo Horizonte, 2020.

FREITAS, E. L.; FERNANDEZ, P. S. M. Territorialidades LGBTQIA+ em uma escola: invisibilidades e estratégias de resistência a partir do ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 45-68, 2020.

GOMES, V. P. **Comunicações do corpo lugar e a pedagogia griô:** expressões e procedimentos de pertencimento. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, Porto Alegre, 2019.

GONÇALVES, T. F. **Rua, substantivo feminino:** mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, Porto Alegre, 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009.

LINDO, P. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 259–281, 2021.

MARTINEZ, C. A. F. Espaços distorcidos: feminismos, teorias queer e geografias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 40, p. 52–67, 2018.

MELLO, T. A. **Corpos que não importam**: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, Porto Alegre, 2021.

MILANI, P. H. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 34, 2021.

MONDARDO, M. O direito ao território tradicional Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul: in-segurança, biopolítica e Estado de Exceção. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 2013, p. 1-17, 2013.

MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 155, 2019a.

MONDARDO, M. Territórios de povos e comunidades tradicionais: estado de exceção, governo bio/necropolítico e retomadas de tekoha. **Horizontes**, Itatiba, v. 37, p. e019026, 2019b.

MUNIZ, C. O nascimento da biopolítica. **Polymatheia - Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 10, n. 16, 2017.

NOVO, C. L. C. **Tomorrowland**: imaginações geográficas, corporeidade e a perspectiva experiencial do lugar afetivo. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, Rio de Janeiro, 2019.

ORNAT, M. J. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 41–56, 2008a.

ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 309–322, 2008b.

ORNAT, M. J. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 75-88, 2010.

ORNAT, M. J. Espaços interditos e a constituição das identidades travestis através da prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 54-73, 2012.

PATRÍCIO, J. V S. As margens são o centro: as diferentes expressões de centralidade da sociabilidade gay na área central do Rio de Janeiro. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 2, n. 4, p. 95-117, 2022.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 51–62, 2019.

- RAMOS, G. I. O lugar político das mulheres: Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 325–350, 2021.
- RAMOS, E. C. M.; MILANI, P. H. O corpo fora de lugar: de uma Geografia dos indivíduos para uma Geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, 2022.
- REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, dez. 2015.
- RUI, S. L. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 45–60, 2020. em: 2 nov. 2022.
- SANTOS, J. B. **Escola como espaço feliz**: entrelaçamentos de experiências geográficas na interação corpo-lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina - PR, Londrina, 2021.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 15–38, 2020.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, 2003.
- SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 37-54, jun. 2010.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corporeidade, sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 69-82, 2016.
- SILVA, R. O. **Uma Geografia sensível do corpo**: a percepção da paisagem do parque urbano Dique do Tororó, um espaço livre de uso coletivo na cidade de Salvador-BA. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, BA, Salvador, 2020.
- SILVA, S. M. V. Geografia e gênero/geografia feminista: o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 1998.
- SIMON, C. R. Femicídio epistemológico: práticas misóginas na geografia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 57, p. 166–189, 2022.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.